

PLANALTO QUER RESGATAR

PLACAR DA REFORMA

trabalhista frustrou governo, que organiza reação para modificar aposentadorias

CAIO CIGANA

caio.cigana@zerohora.com.br

GUILHERME MAZUI

guilherme.mazui@gruporbs.com.br

RBS BRASÍLIA

Frustrado com o placar da aprovação da reforma trabalhista na Câmara, o Palácio do Planalto quer enquadrar os indisciplinados e garantir que deputados fiéis não mudem de lado na PEC da Previdência. Cortes de cargos, liberação de emendas, reforço na publicidade e reuniões com os rebeldes compõem a estratégia que será intensificada na próxima semana. A articulação tornou-se a prioridade absoluta na agenda do presidente Michel Temer.

No cronograma idealizado pelo governo, ao final de maio a reforma trabalhista estará sancionada e a da Previdência aprovada, ao menos, em primeiro turno na Câmara. Contudo, os mapas iniciais confeccionados pelo núcleo político de Temer indicam que os 308 votos necessários para emplacar as mudanças nas aposentadorias ainda estão distantes, com risco de piora do cenário caso a greve geral de hoje tenha grande proporção.

– Vamos usar uma lição de Ulysses Guimarães: na política, tem de ter paciência, paciência, paciência e muita conversa – afirma o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Líderes da base já defendem deixar a votação da reforma da Previdência para o final de maio ou início de junho. Ontem, foi adiado de terça para quarta-feira o início da apreciação do tema na comissão especial. Nos bastidores, afirma-se que a proposta só irá a plenário quando o governo tiver certeza de aprovação, ou seja, contará com 330 parlamentares em seus mapas.

A dificuldade de Temer ficou explícita no resultado da reforma trabalhista na quarta-feira. Após mais de 14 horas de discussões, 296 deputados chancelaram o projeto. Foi uma vitória folgada, mas como a intenção era passar dos 308 votos, para demonstrar força política, faltaram 12 apoios.

– A cada dia está mais claro e evidente: o governo não tem votos para aprovar a reforma – diz o líder do PT, Carlos Zarattini (SP).

Na avaliação de líderes e ministros,

as 39 ausências no plenário impediram o Planalto de alcançar a soma projetada. As traições também pesaram. Foram mais de 80. Dos 64 deputados do PMDB, cinco faltaram e sete se posicionaram contra o projeto. O PP, partido do líder do governo Aguinaldo Ribeiro (PB), registrou nove infiéis. O PSDB teve apenas um.

Com a lista de traições em mãos, o governo discute a dose certa das punições, para dar exemplo, mas não criar antipatia na base. A primeira medida será chamar os rebeldes para conversas em grupo ou individualmente. Vale o mesmo para quem foi fiel na quarta, mas indica rebeldia futura. Serão detalhadas cada mudança na proposta original da PEC da Previdência. Na Esplanada, ministros receberam a ordem de cancelar viagens para atender parlamentares e todos que são deputados serão exonerados. Temer também deve oferecer novos cafés e jantares às bancadas.

PARTIDOS COMO PSD, PRB E PR PREOCUPAM NA PREVIDÊNCIA

O PTN, que levou a presidência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), está na mira. Dos 13 deputados, 12 votaram na quarta, sendo cinco contra a reforma. Já o PSB rachou. Teve 16 votos contrários e 14 favoráveis à reforma trabalhista, números considerados razoáveis pelo Planalto, a partir da articulação do ministro Fernando Coelho (Minas e Energia) e de seu pai, o senador Fernando Bezerra (PE). A bancada receberá atenção especial de Temer, mas não está descartada a retirada do partido de cargos de segundo e terceiro escalão.

– Se participa com cargos, deve estar com o governo na festa e na tristeza – diz um aliado de Temer.

O Planalto detectou risco de debandada em bancadas que tiveram maiorias expressivas a favor das mudanças na legislação trabalhista. PSD, PRB e PR preocupam. Sigla do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), o DEM entregou ao governo os 29 votos da bancada na quarta, mas projeta dissidências na Previdência, em razão da pressão nas bases eleitorais contra a reforma. É corriqueiro o discurso de apoio à questão trabalhista e de veto à previdenciária. São os casos, por exemplo, dos gaúchos Jerônimo Goergen (PP) e Danrlei (PSD).

– Como os militares ficaram de fora da reforma da Previdência, voto não. Só aprovaria se fosse uma reforma para todos os brasileiros – justifica Danrlei.

VEJA O QUE PODE SE ALTERAR NA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

A divergência em torno da proposta de reforma trabalhista não se resume aos políticos e se estende ao meio jurídico. Para a advogada Karla Schumacher Vitola, especialista em direito do trabalho e sindical, haverá precarização. Sócia do escritório Andrade Maia, a advogada Renata Zanardi entende que os trabalhadores também serão beneficiados.

Legenda

Como é

Como pode ficar

Acordado x legislado

Os acordos entre patrões e empregados não podem prevalecer sobre a legislação trabalhista.

É um dos pontos mais polêmicos. O texto estabelece 16 itens que poderão ser negociados, mesmo com vedação na CLT.

- ▶ Pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- ▶ Banco de horas individual.
- ▶ Intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de 30 minutos para jornadas superiores a seis horas.
- ▶ Adesão ao Programa Seguro-Emprego.
- ▶ Plano de cargos, salários e funções.
- ▶ Regulamento empresarial.
- ▶ Representante dos trabalhadores no local de trabalho.
- ▶ Teletrabalho ou home office e trabalho intermitente.
- ▶ Remuneração por produtividade, incluídas gorjetas e remuneração por desempenho individual.
- ▶ Modalidade de registro de jornada de trabalho.
- ▶ Troca do dia de feriado.
- ▶ Identificação dos cargos que demandam a fixação da cota de aprendiz.
- ▶ Enquadramento do grau de insalubridade.
- ▶ Prorrogação de jornada em ambientes insalubres.
- ▶ Prêmios de incentivo em bens ou serviços.
- ▶ Participação nos lucros ou resultados da empresa.

Jornada de trabalho

Jornada de 44 horas semanais, com no máximo oito horas diárias.

A jornada diária pode chegar a até 12 horas, e o limite semanal a 48 horas, incluídas quatro horas extras.

Contra: a crítica se refere à possibilidade de os trabalhadores virem a ter jornada maior, sem contrapartida no vencimento, uma vez que hoje a nona e a décima horas são remuneradas com 50% a mais.

A favor: seria uma forma de abrigar na legislação algo que na prática já existe, diminuindo o número de ações trabalhistas, uma vez que haveria muitos casos de jornada maior, mas sem registro. O trabalhador poderia receber de forma correta pelo trabalho após a jornada usual.



COMO VOTARAM OS GAÚCHOS*

NÃO

Afonso Hamm (PP)
Afonso Motta (PDT)
Bohn Gass (PT)
Heitor Schuch (PSB)
Henrique Fontana (PT)
João Derly (Rede)
José Fogaça (PMDB)
Jose Stédile (PSB)
Marco Maia (PT)
Marcon (PT)
Maria do Rosário (PT)
Paulo Pimenta (PT)
Pepe Vargas (PT)
Pompeo de Mattos (PDT)
Sérgio Moraes (PTB)

SIM

Alceu Moreira (PMDB)
Cajar Nardes (PR)
Carlos Gomes (PRB)
Covatti Filho (PP)
Danrlei (PSD)
Darcísio Perondi (PMDB)
Jerônimo Goergen (PP)
Jones Martins (PMDB)
Luis Carlos Heinze (PP)
Mauro Pereira (PMDB)
Onyx Lorenzoni (DEM)
Renato Molling (PP)
Ronaldo Nogueira (PTB)
Yeda Crusius (PSDB)

*Giovani Cherini (PR) e José Otávio Germano (PP) constam como em licença para tratamento de saúde no sistema da Câmara.

Resistência de Renan Calheiros é preocupação no Senado

Confiante na vitória da reforma trabalhista no Senado ao longo de maio, o Planalto terá de enfrentar a oposição do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). Ontem, o senador voltou a criticar as ações do presidente Michel Temer e assegurou que o projeto será aprovado com alterações, o que exigiria seu retorno à Câmara, atrasando o cronograma do governo.

– Ela (a reforma) rebaixa os salários. Isso é a consequência mais imediata e perversa.

Pretende deixar o trabalhador sem defesa, condenado a aceitar acordos que reduzem a remuneração, suprimem reajustes e revogam garantias no emprego – discursou Renan no plenário.

No Planalto, a tarefa para neutralizar o alagoano foi conferida a Romero Jucá (PMDB-RR). Líder do governo no Senado, ele articula para deixar o colega isolado, com o apoio de cinco dos 22 integrantes da bancada do PMDB. Com outros partidos,

Jucá discute a indicação de um relator que resista à pressão de categorias e não mude o texto da reforma trabalhista.

Ontem, o plenário teve críticas de petistas e elogios da base de Temer ao projeto. Líder do PSDB, Paulo Bauer (SC) sugeriu apresentar requerimento de urgência para a reforma. Assim, a matéria não precisaria passar por comissões, tendo condições de ser aprovada no plenário em, no máximo, duas semanas.

– Não vejo motivo para postergar. Há votos para aprovar o projeto – destacou.

O Planalto simpatiza com a ideia, mas teve de adiar a discussão do assunto com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ele teve um desmaio e precisou ser internado na UTI de um hospital em Brasília. Caso o peemedebista não possa trabalhar na próxima semana, as sessões serão comandadas pelo tucano Cássio Cunha Lima (PB).